

OS (DES)ENCONTROS NAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MÉXICO DE 2003 À 2013: UM BALANÇO PRELIMINAR¹

The (mis)matches between Brazil and Mexico of 2003 to
2013: a preliminary balance

Tomaz Espósito Neto²
Nicole Figueiredo³

Introdução

Brasil e México são potências regionais com certa influência no continente americano, isto é “*system-affecting states*”⁴(KEOHANE, 1969, p.295-6). São economias de industrialização tardia, com graves problemas econômico-sociais, oriundos das desigualdades sociais. Ambos são considerados “países-chaves” em uma série de temas, como direitos humanos, meio ambiente, negociações comerciais e promoção da democracia na região (FRANCHINI, 2013; HOFMEISTER, 2007). Era de se imaginar que seus interesses internacionais similares, os-aproximassem. No entanto, não é isso que ocorre. Os dois países mantêm uma relação “cordial” de baixo perfil cooperativo, muito aquém de suas potencialidades.

¹ Esse trabalho contou com o apoio financeiro da PROPP/UFGD e da Fundect-MS.

² Professor Adjunto do Curso de Relações Internacionais da FADIR / UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Email: tomazeneto@gmail.com

³ Estudante do Curso de Relações Internacionais da UFGD. Bolsista Iniciação Científica do CNPq. Email nicolefigueiredo@hotmail.com.br

⁴ Segundo Robert Keohane (1969, p.295-6) *system-affecting states* são Estados que não podem afetar o sistema internacional sozinhos. No entanto, podem exercer um impacto importante nas relações internacionais por meio de coalizões e/ou grupos e/ou organizações internacionais de cunho global e/ou regionais.

Este artigo objetiva descrever as relações brasileiro-mexicanas entre 2003 e 2013. Com isso, espera-se compreender os possíveis determinantes que impedem um maior adensamento dos laços bilaterais.

Parte-se da hipótese de que o baixo perfil cooperativo das relações brasileiro-mexicanas se deveu aos seguintes motivos:

(i) Os dois países adotaram diferentes estratégias de inserção internacional, principalmente, a partir dos anos 90. O México optou por uma “inserção atrelada” aos Estados Unidos, principalmente após a assinatura do NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) em 1992, e, desde então – na visão de grande parte das autoridades brasileiras, como Samuel Pinheiro Guimarães – tornou-se uma espécie de “protetorado econômico” de Washington e, conseqüentemente, um empecilho às aspirações brasileiras no cenário mundial (GUIMARÃES, 2013; VIGEVANI; CEPALUNI, 2012). Por seu lado, o Brasil adotou uma estratégia de “autonomia pela diversificação” (CEPALUNI; VIGEVANI, 2007), com o objetivo de, entre outros, reduzir sua dependência do centro político-econômico mundial (RAMOS, 2012).

(ii) As economias de Brasil e México são muito similares, em especial manufaturas intensivas em mão de obra, e com baixo índice de complementariedade. Isto faz com que os produtos de grande parte das empresas dos dois países disputem os mesmos mercados. Quiçá, o maior exemplo seja os produtos automobilísticos. Aliás, esse setor esteve no centro de uma grande polêmica em 2012 (RODRIGUES, 2014).

Faz-se a ressalva de que, após a crise financeira mundial de 2008-9, as autoridades mexicanas procuraram reduzir sua dependência em relação ao seu “grande vizinho do Norte”. Para tanto, o México procurou se acercar de outras potências emergentes, como China e Brasil, promovendo também a realização de grandes encontros, como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010. Essas iniciativas foram recebidas com muitas reservas pelas autoridades brasileiras, que percebem o Estado mexicano muito mais como rival do que como potencial parceiro (VIGEVANI; CEPALUNI, 2012, p.124; VIGEVANI et al., 2014).

Nesta pesquisa, optou-se pelo método histórico-descritivo: foi feita a análise de uma bibliografia selecionada e de documentos e dados estatísticos disponíveis nos sites oficiais dos países, além de entrevistas com diplomatas mexicanos⁵ sediados em Brasília.

⁵ Dr. Guillermo de J. Palacios y Olivares (Conselheiro para Assuntos Culturais e Educativos da embaixada do México no Brasil) e o Secretario Julio César Martínez (Encarregado dos assuntos econômicos da embaixada do México no Brasil). A entrevista, feita pela pesquisadora Nicole Figueiredo, ocorreu no dia 09 de maio de 2014 na Embaixada do México em Brasília, Brasil.

A elaboração do texto foi influenciado pelo marco teórico da Escola Francesa (DUROSELLE; RENOUVIN, 1964; MILZA; 1996) e do modelo de jogos de dois níveis de Robert Putnam (2010).

Além da introdução e das considerações finais, o presente trabalho divide-se em duas partes: a primeira apresenta uma breve descrição das linhas de inserção internacional adotadas por Brasil e México no período contemporâneo; a segunda aborda as relações entre os dois países no período de 2003 a 2013.

Brasil e México: uma sucinta descrição

Para uma melhor compreensão das relações brasileiro-mexicanas, é necessário examinar as peculiaridades de cada país e suas respectivas diretrizes de políticas externas nos últimos anos.

Antes de qualquer coisa, deve-se reconhecer a importância do Brasil e do México no Sistema interamericano (HOFMEISTER, 2007). Ambos são tidos como potências intermediárias (FONDEVILA, 2006; ACOSTA et al, 2012) e considerados líderes regionais: o Brasil na América do Sul e o México na América Central (ROSAS, 2008; ÁVILA, 2009; CRUZ; MILANI, 2010).

Brasil e México são os dois maiores países da América Latina. O território brasileiro é de 8.515.767 km², enquanto o mexicano apresenta uma área de 1.964.375 km². Ambos possuem uma vasta população, o Brasil com aproximadamente 199 milhões de habitantes e o México com cerca de 121 milhões (BANCO MUNDIAL, 2012).

Os dois países são grandes democracias representativas, cujas sociedades enfrentam problemas – como a violência – oriundos principalmente das enormes desigualdades socioeconômicas (VELLOSO, 2009; FONDEVILA, 2006). Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶ são também muito semelhantes: O IDH mexicano é de 0,756, e o brasileiro é de 0,744 (BANCO MUNDIAL, 2014).

⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o grau de desenvolvimento econômico e social dos países.

No recorte temporal abarcado por este trabalho, a Chefia de Estado do México foi exercida pelos seguintes mandatários: Vicente Fox (2000-2006), do Partido Acción Nacional (PAN), Felipe Calderón (2006-2012), também do PAN, e Enrique Peña Nieto (2012-atual), do Partido Revolucionário Institucional (PRI). São todos políticos de centro-direita, defensores do liberalismo econômico e de um estreitamento de laços com Washington. Já a Presidência da República do Brasil, no mesmo período, foi ocupada por Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-atual), ambos correligionários do Partido dos Trabalhadores (PT), grupo de “centro-esquerda” que defende os preceitos do “nacional-desenvolvimentismo” e um afastamento político ideológico em relação ao “Ocidente”, em especial aos Estados Unidos (GARCIA, 2013; GUIMARÃES, 2006, 2008; FLORES, 2007; DÚRAN, 2012).

Brasil e México são países de economia capitalista em desenvolvimento, e seus processos de industrialização ocorreram na metade do século XX, com a adoção de estratégias de substituição de importação. O esgotamento desse modelo de crescimento adveio com a crise da dívida nos anos 80. Na década de 90, ambos adotaram reformas de cunho liberal na economia (FIORI, 1999).

Tabela 1: Crescimento do PIB entre 2003 e 2013

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	1,0	2,0
México	1,4	4,2	3,1	5,00	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,8	3,9	1,1

Fonte: CEPAL (2014)

A partir dos anos 90, os dois Estados seguiram caminhos diferentes. O México aprofundou as reformas liberais em curso, enquanto o Brasil adotou uma estratégia “neo-desenvolvimentista”. Essas escolhas também tiveram impactos sobre as estratégias internacionais dos dois países entre 2003 e 2013 (CHAGAS BASTOS et al, 2012).

O México optou por uma estratégia de “atrelamento” político e econômico com os Estados Unidos, o que é totalmente compreensível para qualquer país que tenha uma fronteira tão grande com a maior potência econômica do mundo. Com isso, as autoridades

mexicanas esperam obter: acesso preferencial ao mercado norte-americano de produtos e de créditos; transferência de tecnologia de ponta e mão de obra qualificada (como no setor aeroespacial e de produtos médicos); redução dos custos políticos de ações internacionais, como nas negociações comerciais; indicações para cargos de direção em organizações internacionais. Essa percepção se confirmou na entrevista do Secretário mexicano Julio César Martinez.

[...] A diferenciação entre Brasil e Mexico acontece quase naturalmente, porque nesta época (a partir dos anos 90) começam, particularmente na área comercial, econômica e de investimentos, um processo mais dinâmico de regionalização, de integração de cadeias produtivas entre países próximos. [...] No caso da América do Norte foi quase natural essa aproximação entre EUA, Canadá e México, porque estão localizados regionalmente em uma posição que favorece [...] (MARTINEZ, 2014)

São marcos dessa estratégia iniciada nos anos 90: a participação do México no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) desde 1994, na Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1995 e na Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) a partir de 1994, bem como as condições e termos privilegiados das linhas de crédito oficiais norte-americanas oferecidos à economia mexicana, principalmente durante a grave crise econômica conhecida como “efeito Tequila”, em 1995 (ARBIX, 2002; FAUSTO: HERNANDEZ, 2012; ROCHA, 2003). Aliás, os Estados Unidos e o Canadá absorvem aproximadamente 90% das exportações e fornecem cerca de 59% das importações mexicanas, o que explicita a dependência da economia do México em relação aos “irmãos” do Norte (ABREU, 2007). Segundo o Conselheiro Palacios y Olivares:

[...] O argumento do governo era que a integração (NAFTA) já estava dada, apenas não tinha regulamento/regras. Desta forma, a adesão ao tratado teve como intenção formalizar um pouco o que já se estava dando naturalmente de uma maneira que prejudicava o México, mais do que beneficiava [...] (PALACIOS, 2014).

São evidentes os impactos político-ideológicos decorrentes dessa opção do Estado mexicano: o favorecimento de formas liberais de acordos comerciais e de

integração regional acaba privilegiando os aspectos mercadológicos, em detrimento de outros. Isso pode ser percebido no grande número de acordos comerciais firmados pelas autoridades mexicanas e também na criação, em 2012, da Aliança para o Pacífico (AP), uma área de livre-comércio entre México, Peru, Chile e Colômbia. Ademais, o México firmou uma série de acordos bilaterais de comércio com vistas a obter o acesso privilegiado à uma série de mercados. Para tanto, os negociadores mexicanos tiveram de superar uma série de “pré-conceitos” dos demais países da América Latina, conforme ilustra o Conselheiro Palacios y Olivares :

[...] houve países que diziam que o México agora era América do Norte e não mais América Latina. Então, houve um esforço retórico e de discurso muito forte do governo mexicano para dizer que não: “nós continuamos sendo latino americanos, só que temos uma posição geopolítica que se faz impossível não ver o que está acontecendo aqui.” [...] Mas o governo mexicano reafirmou constantemente a condição latino americana do México [...](PALACIOS, 2014).

Nesse mesmo período (2003-2013), o Brasil optou pela estratégia da “autonomia pela diversificação” (CEPALUNI: VIGEVANI, 2007), isto é, sob a influência de uma visão estruturalista (GUIMARÃES, 2006), passou a diversificar as parcerias com países da periferia do sistema internacional, também chamado de “Sul Global”, para reduzir a dependência dos países centrais, em especial dos Estados Unidos, e, conseqüentemente, ampliar as margens da ação internacional brasileira. Dentro dessa estratégia, destacam-se a construção de grandes coalizões político-econômicas (como o G20) e de “parceiras estratégicas” com países emergentes, como os BRICS. Além de debates sobre a necessidade de reforma das instituições internacionais, a introdução de temáticas sociais na pauta da agenda global e a consolidação da América do Sul como zona prioritária da ação diplomática brasileira (LESSA, 2010; AMORIM, 2010; SARAIVA; VALENÇA, 2014; RICUPERO, 2010).

Nos últimos anos, as autoridades brasileiras optaram por formas de integração que privilegiam aspectos políticos e sociais, como democracia e direitos das minorias, em detrimento de aspectos mercadológicos. Veiga e Rios (2007) denominam essa forma de integração de “regionalismo pós-liberal”. A União de Nações Sul-Americanas

(UNASUL) e os atuais desdobramentos políticos do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) são exemplos dessa opção (VIGEVANI, et al., 2014; SPEKTOR, 2011). Diante do cenário exposto, como se deram as relações brasileiro-mexicanas entre 2003 e 2013?

As relações Brasil-México entre 2003 e 2013

Historicamente, as relações brasileiro-mexicanas apresentam uma característica pendular: ora se aproximam e ora se afastam, conforme, principalmente, as circunstâncias internacionais (ROSAS, 2008).

Na última década, Brasil e México vivenciaram um momento de afastamento em virtude das “percepções divergentes” das autoridades. O Brasil percebe o México como um obstáculo para sua liderança na América Latina, e, a partir da adesão mexicana ao NAFTA, um protetorado dos Estados Unidos. O México, por seu lado, vê o Brasil como um importante concorrente político e comercial (HOFMEISTER, 2007; RIOS, 2004). Após a assinatura do NAFTA, os produtos mexicanos conquistaram grande parte do mercado norte-americano, o que acabou por afetar fortemente as exportações brasileiras para esse mesmo mercado (MORALES et al, 2012, p. 121).

A postura da diplomacia brasileira, de se autodeclarar líder entre os países da região, sem de fato sê-lo, também incomoda parte da elite mexicana, e isso reflete nas divergências políticas entre os dois países, em especial nas instituições multilaterais (RICUPERO, 2012). A crítica mais ferrenha à postura brasileira foi feita pelo ex-chanceler Jorge Castañeda, que chamou o Brasil de “Anão diplomático”:

Depende do grau de esquizofrenia da política externa brasileira. Um país que quer ser um líder com assento no Conselho de Segurança da ONU, que pretende ter mais peso no Banco Mundial, que desenha para si um papel decisivo na reunião de meio ambiente em Copenhague, pois bem, esse país vai ter que se conformar com certas responsabilidades. Não pode aparentar cumplicidade com radicais. Esse episódio da embaixada em Honduras é um desgaste. É coisa de república de banana [...] o Brasil é um gigante que se comporta como um anão diplomático. O Brasil não gosta de tomar partido em disputas. Então, para quê lutar por um assento no Conselho de Segurança? Para ficar se abstendo em questões difíceis? (CASTAÑEDA, 2009, p. 3-4).

Os dois Estados discordam também sobre uma série de temas, como a reforma das instituições internacionais. Dois bons exemplos dessas divergências são a oposição do México às pretensões do Brasil por um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) (ROSAS, 2008; RODRIGUES, 2014) e a disputa entre representantes brasileiros e mexicanos pela Direção da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Por terem economias similares, Brasil e México concorrem pelos mesmos mercados. A partir da entrada mexicana no NAFTA, as mercadorias mexicanas têm acesso preferencial ao mercado norte-americano, o que acabou por afetar as exportações brasileiras importantes, como da soja e dos manufaturados (RIOS, 2004; BATISTA, 2000).

Além do mais, existem cadeias produtivas, como a automotiva, que são o fulcro de discórdias comerciais entre autoridades brasileiras e mexicanas. Talvez o melhor exemplo disso seja a postura assumida pelo Brasil ao renegociar os termos do Acordo de Complementação Econômica nº 55 (ACE-55), em 2012 (pelo acúmulo de um déficit brasileiro de US\$1,6 bilhões em 2011, referentes ao comércio bilateral Brasil-México). Que inclusive é o setor que mais movimentava trocas econômicas nesta relação. Ainda, mesmo sendo o maior setor de troca econômica entre países, corresponde a somente 7% deste setor na economia brasileira. (ANÁLISE BRASIL GLOBAL, 2013)

A despeito dessas divergências políticas, existiu, nesse período, um significativo aumento no número de acordos, direcionados à transferência de tecnologias e à formação e melhoria na qualificação da mão-de-obra dos dois Estados

Tabela 2: Número de novos acordos firmados entre o Brasil e o México entre 2003 e 2013

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
2	0	0	0	4	0	17	1	0	12	0

Fonte: DAI/MRE (2014)

Neste sentido, em 2012 houve um novo aumento dos projetos de cooperação bilateral entre as agências estatais, objetivando principalmente a troca de informações e a transferência de tecnologias referentes aos setores: de energia, como o etanol oriundo da cana-de-açúcar e a retirada de petróleo em águas profundas (ÁVILA, 2009); agrícola, como o manejo de gado e técnicas de irrigação; e de saúde, como a expansão da rede do banco de leite. Apesar desse incremento, os projetos de cooperação entre Brasil e México ainda são poucos, quando comparados àqueles em vigência entre o Brasil e os demais países do mesmo porte na América Latina, como Venezuela e Argentina.

Na instância multilateral, as autoridades mexicanas organizaram a Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) em 2008, e foram as maiores incentivadoras da constituição da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010. Os temas tratados nesses fóruns são predominantemente políticos e não comerciais (ANYUL et al, 2011; BARRETO, 2012). Percebe-se, portanto, que existe um enorme potencial inexplorado para uma aproximação política entre os dois países. O Secretário mexicano Julio César Martínez corrobora com essa visão.

[..] Particularmente, no aspecto político, nós percebemos que se o Brasil e o México vão juntos, em muitos temas, podemos defender juntos algumas posições. A região inteira vai avançando. Então para nós, o Brasil nos importa muito. Não somente na perspectiva econômico-comercial. [...] além disto, na parte política, nós reconhecemos que, quando o Brasil e o México convergem em suas posições, isso beneficia a América Latina em conjunto. (MARTINEZ, 2014)

Os fluxos comerciais bilaterais cresceram aproximadamente 300% entre 2003 e 2013 (ver a tabela 3), passando de cerca de USD 3,28 bilhões para aproximadamente USD 10,02 bilhões. Entretanto, o saldo deixou de ser amplamente favorável ao Brasil e passou a ser benéfico para o México (MDIC, 2014).

Em 2013, os principais produtos brasileiros exportados para o mercado mexicano foram automóveis, autopeças e produtos metalúrgicos. Em contrapartida, as importações brasileiras oriundas do território mexicano foram automóveis, autopeças e produtos químicos e petroquímicos. Nota-se, portanto, uma prevalência do comércio

intrafirmas, em especial de grandes multinacionais, de manufaturados de grande valor agregado.

Empresas mexicanas do ramo de alimentação, como a Bimbo e a Del Valle, possuem grandes investimentos no Brasil, estimados em mais de USD 30 bilhões, a maior parte no setor de telecomunicações. Nos últimos anos, esses investimentos externos diretos têm apresentado uma tendência de queda (ANÁLISE BRASIL GLOBAL, 2013; ROSAS, 2008). Já os investimentos externos diretos brasileiros em território mexicano se focaram nos setores intensivos de mão-de-obra, como o têxtil, de móveis e autopeças (ROSAS, 2008), Além do projeto BRASKEM-IDESIA, que tem gerado um dos investimentos mais importantes no setor petroquímico, nos últimos anos.

Tabela 3: Intercâmbio comercial Brasileiro-Mexicano

Ano	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var.%	Part. %	US\$ FOB (B)	Var.%	Part. %	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTURA (A/B)
2003	2.747.079.530	17,12	3,75	533.045.833	-8,16	1,10	2.214.033.697	3.280.125.363	5,15
2004	3.957.953.379	44,08	4,09	703.836.843	32,04	1,12	3.254.116.536	4.661.790.222	5,62
2005	4.073.738.458	2,93	3,44	843.567.727	19,85	1,15	3.230.170.731	4.917.306.185	4,83
2006	4.458.202.270	9,44	3,24	1.310.320.093	55,33	1,43	3.147.882.177	5.768.522.363	3,40
2007	4.260.440.716	-4,44	2,65	1.979.284.005	51,05	1,64	2.281.156.711	6.239.724.721	2,15
2008	4.281.324.607	0,49	2,16	3.125.389.354	57,91	1,81	1.155.935.253	7.406.713.961	1,37
2009	2.675.888.299	-37,50	1,75	2.783.560.712	-10,94	2,18	-107.672.413	5.459.449.011	0,96
2010	3.715.465.125	38,85	1,84	3.858.605.891	38,62	2,12	-143.140.766	7.574.071.016	0,96
2011	3.959.713.376	6,57	1,55	5.130.946.594	32,97	2,27	-1.171.233.218	9.090.659.970	0,77
2012	4.003.013.124	1,09	1,65	6.074.916.685	18,40	2,72	-2.071.903.561	10.077.929.809	0,66
2013	4.230.325.231	5,68	1,75	5.794.492.898	-4,62	2,42	-1.564.167.667	10.024.818.129	0,73

Fonte: MDIC(2014)

Considerações Finais

Brasil e México são potências intermediárias, com capacidade limitada de influência no sistema interamericano. Os dois países mantêm uma relação de baixo perfil cooperativo, muito aquém de suas potencialidades.

Isso se deve, aparentemente, às políticas internacionais divergentes dos dois países no período analisado. O México adotou uma inserção voltada ao NAFTA, e à assinatura de outros acordos bilaterais, de cunho liberal. O Brasil, por seu lado, utilizou-se de uma estratégia “nacional desenvolvimentista” com ênfase na ampliação da autonomia internacional. Para tanto, enfatizou a redução da dependência do Estado brasileiro em relação à grande potência do norte, por meio, principalmente, da diversificação das parcerias.

Essas opções decorrem, em grande medida, do perfil ideológico distinto das elites governantes. Ademais, os dois Estados disputam os mesmos espaços político-econômicos no cenário internacional – como cargos em organismos multilaterais –, pois ambos se percebem como os “verdadeiros” líderes da América Latina, disputando os mesmos espaços, não só na área política, como econômica.

Sendo assim, é possível afirmar que estes dois países nunca possuíram uma relação intensa, muito menos uma parceria estratégica. Existe um enorme espaço para uma aproximação política em setores convergentes, tais como Direitos Humanos, promoção da democracia e proteção ao meio ambiente. É necessário, para tanto, que as elites políticas dos dois países (re)pensem as relações brasileiro-mexicanas.

Referências

ABREU, Marcelo P. **Comércio exterior: interesses do Brasil**. 1. ed. Rio e Janeiro: Elsevier, 2007.

ACOSTA, Virginia García; OLIVERA, Mercedes; OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso;

RAMOR, Alcida Rita. **Diálogos México-Brasil**. Desacatos, n. 39, mayo-agosto. Ciudad del México, México, 2012.

ANÁLISE BRASIL GLOBAL. **Anuário 2013**. São Paulo. Análise Editorial. 2013. Disponível em: <http://www.analise.com/index.php/site/publicacoes/exibe/1/analise-brasil-global> Acesso em: 29 jun. 2014.

ANYUL, Martín Puchet; ARAÚJO, Leandro Rocha; DUTRÉNIT, Gabriela; SANZ-

MENENDEZ, Luis; TEUBAL, Morris; CELLI JR., Umberto; MERCADANTE, Araminta de Azevedo. **Blocos econômicos e integração na América Latina**. 1. ed., 2007, Curitiba: Juruá, 2011.

ARBIX, Glauco. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo: Editora UNESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ÁVILA, Carlos Federido Domínguez. El jaguay y el águila: un estudio de las relaciones bilaterales brasileño-mexicanas en los primeros años del siglo XXI. **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, n. 103. Ciudad de México: Ed. UNAM, 2009.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização**. Brasília: FUNAG, 2012.

CHAGAS BASTOS, Fabrício. H.; HARPER, Nicolas. D.; ROCHMAN, Alexandre R. Economia Política da Energia e Encruzilhadas da Integração na América Latina. **Monções, Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 2, 2013.

BATISTA, Jorge Chami. **Relações comerciais entre o Brasil e o México**. Brasília: IPEA, fev. 2000.

CASTAÑEDA, Jorge. **Gigante ou anão diplomático**. OESP, 27 de setembro de 2009, <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,gigante-ou-anao-diplomatico,441726> , acesso em 09 de janeiro de 2014.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANNI Tullo. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, jul/dez. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2007.

CRUZ, María Gabriela Gildo; MILANI, Carlos R. S. **A política mundial contemporânea: atores e agendas na perspectiva do Brasil e do México**. Salvador:

DÚRAN, Clemente Ruiz. Brasil-México: trayectorias estructurales diferenciadas. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, p. 54-81, v. 6, n. 2/2012. Cidade do México, México: Ed. Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. **Introduction à l'histoire des relations intenacionais**. Paris: A. Colin, 1964.

FAUSTO, Sérgio; HERNANDEZ, José Traslosheros. DEBATES GACINT. **Grupo de Análise da Conjuntura Internacional – Instituto de Relações Internacionais**. Informativo n. 13. São Paulo: EDUSP, 2012. Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/DebatesGacint11.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FIORI, José L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis, RJ, 1999.

FLORES, Fidel Irving Pérez. **Ideologia e política externa do Brasil e do México frente às opções de integração regional (1990-2006)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

FONDEVILA, Gustavo Javier. Educação e pobreza na América Latina. **Cadernos Adenauer VII** (2006), n. 2. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Jun. 2006.

FRANCHINI, Matías. **A inserção das potências climáticas latino-americanas na governança global de clima. Um estudo comparado: Argentina, Brasil, México e Venezuela**. In: 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2013, Belo Horizonte, MG.

GARCIA, Marco Aurélio. Paraguai, Brasil e o Mercosul. **Revista Política Externa**, v. 21, n. 3, jan-mar. 2013. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Entrevista com Samuel Pinheiro Guimarães. **RARI, Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, 3. ed., n. 3, v.1, jul. 2013. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GUIMARÃES, Samuel. O mundo multipolar e a integração sul-americana. **Revista Comunicação & Política**, v. 25, n. 3, 2008.

HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLÍS, Luis Guillermo. **La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos**, tomo 2: África, Asia y Europa. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007.

KEOHANE, Robert O. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics, **International Organization**, N. ° 23, Madison: Estados Unidos. 1969.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: REMOND, René. Por uma historia política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

MORALES, Esther; MEJÍA, Pablo; GUTIÉRREZ, Raul de Jesus; DÍAZ, Miguel Angel; VERGARA, Reyna. Interacciones econômico-financeiras Brasil-México: ¿ cuál es su grado de integración? In: **Perfiles Latinoamericanos**, v. 20, n. 39. México, enero/junio 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S01886532012000100005&script=sci_arttext Acesso em: 29 jun. 2014.

PUTNAM, Robert D.. Diplomacia e *política* doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2010, vol.18, n.36. p. 147-174.

RAMOS, Leonardo César Souza. Contra-hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula. **Carta Internacional** (USP), v. 7, p. 69-86, 2012.

RICUPERO, Rubens. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Novos estudos**, n. 87, jul. 2010. São Paulo: CEBRAP, 2010.

RIOS, Sandra. **Relações comerciais entre o Brasil e o México: oportunidades para a expansão das exportações brasileiras**. Brasília: Confederação Nacional da Indústria (CNI), dez. 2004.

ROCHA V., Alberto. México y Brasil en el proceso de integración regional de América Latina y el Caribe: ¿Rol de los subhegemones? **Liminar. Estudios Sociales y Humanísticos**, v. I, n. 1, junio-sin mes, 2003, pp. 26-44. Tuxtla Gutiérrez, México: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas.

ROSAS, Maria Cristina. México y Brasil: ¿Buenos enemigos o amigos mortales? **Revista Mosaico**, v.1, n.1, p.87-105, jan/jun. 2008.

VEIGA, Pedro da Motta e RIOS, Sandra. **O Regionalismo Pós –Liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. Santiago, Chile, CEPAL, Divisão de Comércio Internacional e Integración, Série Comércio Internacional, 2007.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **A crise global e o novo papel mundial dos BRICS**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, H. **Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul**. Dados v. 57. (Rio de Janeiro,), 2014.

VIGEVANI, Tullo ; CEPALUNI, Gabriel . **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

RODRIGUES, Romário de Avilla. **A análise das relações entre Brasil e México através da observação de casos: a reforma do Conselho de Segurança da ONU e o ACE 55**. Núcleo Prisma. Santa Maria. UFSM, 2014. Disponível em:

<http://www.nucleoprisma.org/wp-content/uploads/2014/08/TCC-Brasil-Mexico-v.-Final-Rom%C3%A1rio-Rodrigues.pdf> Acesso em: 29 jun. 2014.

SARAIVA, Miriam Gomes; VALENÇA, Marcelo M. **A política externa brasileira e sua projeção internacional: um projeto caracterizado pela continuidade.** Rio de Janeiro. Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Ano VII, v.1, 2012. Disponível em: http://www.cebri.org/midia/documentos/a_politica_externa_brasileira_final.pdf Acesso em: 29 jun. 2014.

SPEKTOR, Matias. O Regionalismo do Brasil. In: Bernardo Sorj; Sergio Fausto. (Orgs.). **Brasil e América do Sul: Olhares Cruzados.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, p.141-172.

Resumo

O presente trabalho objetiva descrever as relações Brasil-México entre 2003 e 2013. Com isso, espera-se compreender os possíveis determinantes que impedem um maior adensamento das relações bilaterais, apesar das similitudes políticas, econômicas e sociais.

Palavras-Chave

Política Externa Brasileira; Relações Brasil-México; Política Externa Mexicana

Abstract

The present study aims to describe Brazil-Mexico relations in the period comprising 2003 and 2013. It seeks to understand the possible determinants that prevent a strong bilateral relations, despite political, economic and social similarities.

Keywords

Brazilian Foreign Policy; Brazil-Mexico relations; Mexican Foreign Policy

*Artigo recebido em 12 de outubro de 2014.
Aprovado em 20 de fevereiro de 2015.*